

# Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico

*On the UNWTO definitions of tourism:  
a contribution to the History of Tourism Thought*

*Sobre las definiciones de turismo de la OMT:  
una contribución a la Historia del Pensamiento Turístico*

Elbio Troccoli Pakman<sup>1</sup>

**Resumo:** Definir seu objeto é essencial para toda ciência. Na área do turismo reina grande confusão a respeito, ao tempo que se escutam vozes postulando a necessidade de uma definição de turismo geral e única. Na sua falta, muitos invocam uma ou outra definição de turismo das lavradas pela OMT para ocupar tal lugar, apenas com base no *argumento de autoridade*. Na prática, apela-se a diversas formulações dadas pela OMT (e predecessoras): 1937/38, 1963, 1991, 1991(com 1999), e a(s) última(s), de 2008. É um equívoco confundir essas definições-marco, com finalidade estatístico-operacional, com aquelas teórico-conceituais que a academia requer. A OMT faz um trabalho notável: produzindo estatísticas, construindo a metodologia da Conta Satélite do Turismo (desde 1983), unificando a terminologia através da elaboração do Tesouro (desde o início dos anos 90). Mesmo que a OMT, nas sucessivas definições de turismo, venha se aproximado das abordagens conceituais, o caminho de delimitar a essência do turismo tem, necessariamente, que ser trilhado pelos pesquisadores e acadêmicos, em direção à construção da definição conceitual, e da própria ciência do Turismo.

Palavras-chave: Turismo, Teoria do turismo, Definição de turismo, Definição da OMT

**Resumen:** Definir su objeto es esencial para cualquier ciencia. En el área del turismo reina una gran confusión al respecto, mientras que no faltan voces que postulan la necesidad de una definición de turismo que sea general y única. En su ausencia, muchos invocan una u otra formulación de turismo de las emitidas por la OMT (y antecesoras): 1937/38, 1963, 1991, 1991(con 1999), y la(s) última(s), de 2008. Constituye un gran equívoco confundir esas definiciones-marco, con finalidad estadístico-operacional, con aquellas teórico-conceptuales que la academia requiere. La OMT realiza una labor notable: produciendo estadísticas, construyendo la metodología de la Cuenta Satélite del Turismo (desde 1983), unificando la terminología en torno de la elaboración del Tesouro (desde el inicio de los años 90). Mismo que la OMT, en sus sucesivas definiciones del turismo, venga aproximándose de los enfoques conceptuales, el camino para delimitar la esencia del turismo tiene, necesariamente, que ser seguido por investigadores y teóricos, en dirección a la construcción de su definición conceptual, y de la propia ciencia del Turismo.

Palabras clave: Turismo, Teoría del turismo, Definición de turismo, Definición de la OMT

**Abstract:** Defining its object is essential for any science. In the area of tourism, there predominates a great confusion about it and many a people propose the need of a general and sole definition on tourism. In the absence of it, many invoke to one or another of the UNWTO's definitions on tourism to occupy such a place, solely based upon the "argument from authority". In practice, it appeals to the various UNWTO's (and predecessors') formulations: 1937/38, 1963, 1991, 1991(with 1999), and the last ones, in 2008. With operational and statistical finality, it is a mistake to confound these definitions with the conceptual-theoretical ones, required by the academy. UNWTO achieves a notable work while producing statistics and building up a methodology of the Tourism Satellite

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Turismo da UFPB. Economista e Doutor em Economia. O autor agradece à professora Ana Valéria Endres pelos comentários ao texto. E-mail: elbiopakman@hotmail.com

*Account (since 1983), unifying the terminology throughout the elaboration of Thesaurus (since the early 90's). Even if UNWTO has come close to the conceptual approaches in its successive definitions of tourism, the way to match the essence of tourism has necessarily to be trodden by researchers and academics towards the construction of the conceptual definition and the science of tourism itself.*

*Keywords: Tourism, Theory of tourism, Definition of tourism, UNWTO definitions*

## **Introdução**

A motivação principal que inspirou a elaboração das reflexões aqui apresentadas sob a forma de ensaio tem sido a experiência do autor como professor do curso de Turismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao longo de mais de uma década. O texto é fruto das reflexões sobre as resistências encontradas em praticamente todos os alunos, ao entendimento do lugar e das funções das definições nas ciências e, em particular, para entender a(s) definição(ões) de turismo.<sup>2</sup>

## **Objeto, definição e ciência no turismo – a interdependência**

Uma ciência, para existir como tal, precisa de um objeto bem delimitado. A definição do objeto é parte constitutiva e deve preceder a teorização científica, que se vê limitada na ausência daquele. As discussões correntes em torno da multi-, pluri- e trans-disciplinaridade do turismo enquanto ciência em formação, ou ainda, enquanto obstáculo para atingir o estatuto de ciência, revestem-se de alcance restrito na medida em que contornam a questão essencial de responder à pergunta fundamental: *o que é o turismo?* Afirmar que o mesmo pode ser abordado de diversos pontos de vista, com diferentes interesses e metodologias, não resolve o ponto crucial de esclarecer o que ele é. A confusão conceitual na área do Turismo é grande, e parece distante o momento em que se disporá de conceitos básicos, consensuais e de ampla aceitação.

Todo pesquisador do turismo defronta-se com uma dificuldade inicial: esclarecer, para si e para os leitores, o conceito de turismo. O que mal se entende, pior se explica. Alias, mais do que explicações, assiste-se a uma sucessão de citações avulsas, raramente a conceitualizações baseadas em critérios.

A questão da definição do conceito de turismo é preliminar e ineludível para determinar o campo de conhecimento, tal como é característico nas ciências que atualmente são consideradas próximas e que estão dando sustentação às explicações sobre turismo. Entretanto, essas disciplinas (Geografia, Economia, Marketing, Administração, Ecologia, Sociologia, Antropologia Cultural, Psicologia e outras em maior ou menor grau, como Política e Estatística, além de lidar com inúmeras questões do Direito), que sem dúvida aportam importantes subsídios aos estudos turísticos, não necessariamente suprimem nem

---

<sup>2</sup> Assim, fica o agradecimento aos alunos do curso que, indiretamente, contribuíram para que este texto fosse escrito: Ana Virgínia Barros de Lima, Anna Quintilham Eunecke, Bárbara C. S. Oliveira, Camilla C. Brito Mendonça, Christiane N. Souza, Danilo U. Q. Diniz, Fernanda Daniela Rocha, Jordana Andrade, Lara Santana S. Nóbrega, Mariana Mayer F. Sousa, Marta Rocha Lima, Silvonetto O. da Silva e Vivian Maitê Castro. O reconhecimento está dirigido também a minhas colegas Ana Valéria Endres e Signe Dayse C. de Melo e Silva, pelo diálogo contínuo e estímulo, bem como às ex-alunas e hoje docentes Anna Karla Cavalcante Moura e Cibelle Batista Gondim. A todas elas o reconhecimento pelo coleguismo estimulante, pelo profissionalismo e pelo bom exemplo dado às novas gerações.

suplantam a requerida discussão metodológica em torno do que elas podem aportar para o esclarecimento da essência do que é turismo. Noutras palavras, nada suplanta o debate em torno da possível e necessária formação do conceito de turismo, e por conseguinte, para a constituição do Turismo como ciência.

Poucos teóricos têm enveredado pelo espinhoso e agradável caminho da discussão metodológica e conceitual sobre o turismo, dentre eles consideramos de relevância as contribuições – por citar só alguns – dos espanhóis Luis Fernández Fúster, Manoel Figuerola Palomo e Muñoz de Escalona, de autores como Victor T. C. Middleton e Marc Sölter, e no Brasil, da uruguaio-brasileira Margarita Barretto e de Alexandre Panosso Netto.

A ciência do turismo ainda constitui um desafio para os estudiosos, a partir do questionamento inicial de se pode ou não existir uma ciência do turismo própria, seja sob a denominação que for.<sup>3</sup> Para responder a esta indagação, é necessário percorrer a discussão em torno do campo de estudo, sua extensão, seu objeto.

### **A ilusão da “definição única” de turismo & a definição da OMT**

É freqüente se ouvir a reivindicação para se ter uma definição única, consensual, de turismo. Esta seria de aplicação geral, trazendo tranquilidade definitiva a todos, que não mais se veriam na necessidade de começar seus trabalhos fazendo uma revisão sobre os diversos entendimentos do conceito de turismo. A partir daí, também, não mais se passaria por constrangimentos quando alguém fizesse a constrangedora pergunta: *você, que é um entendido em turismo, me diga, o que é mesmo turismo?* O questionamento é simples, mas sua resposta soe ser longa, muito explicativa, e confusa. O motivo: não existe tal resposta. A incerteza impera sobre este tópico, justificada pelo o nível embrionário da teoria do turismo.

Nessas circunstâncias, não é de se surpreender que o principal caminho percorrido tenha sido a busca intuitiva por uma solução que resolva a situação e encerre o incômodo assunto. Acredito que provavelmente seja por isso que tenha se apelado tanto para uma fórmula simplista: aderir a posições de instituições ou autores reconhecidos, argüindo o que se denomina de “argumento de autoridade” (*argumentum ad verecundiam*).

E qual seria a tal autoridade na área do turismo? Costuma se trazer à tona a ideia de que esse papel estaria sendo desempenhado pela Organização Mundial de Turismo (OMT). Suas conceitualizações são então acatadas como sendo definições do ponto de vista teórico-conceitual, e assim carregariam o peso da autoridade de quem as profere, com a vantagem de que, adicionalmente, levariam a chancela de “oficiais”. Procedimento aparentemente irrefutável, porém, de fato constitui uma mera falácia.

A construção assim feita é, sem dúvidas, interessante, principalmente pela ampla difusão alcançada. Há, entretanto, uma dificuldade intransponível: ela não é verdadeira, pelo simples motivo de que a autoridade invocada não é exatamente especialista na questão

---

<sup>3</sup> Diversas expressões (do genérico Ciência do Turismo aos neologismos Turismografia, Turistologia e ao cada vez mais aceito Turismologia) têm surgido ao longo do tempo na tentativa de denominar adequadamente a possível ciência do turismo. A turismóloga Margarita Barretto refere-se, em diversas publicações, à Turismologia como sendo o estudo científico do fenômeno social denominado turismo. Não atribuímos maior importância à denominação que for prevalecer, porém a nossa preferência é pelo termo simples: Turismo (com maiúscula, o estudo do turismo, para diferenciá-lo do turismo enquanto fenômeno em si).

que se pretende resolver, mas apenas em matéria conexa.<sup>4</sup> Isto a própria OMT esclarece em numerosos textos. De maneira indireta, porque a OMT além de não afirmar em lugar algum que se proponha a formular definições teóricas de turismo (justamente a qualidade e finalidade que, equivocadamente, se pretende lhe atribuir), a OMT tem colocado de maneira explícita quais são seus propósitos, e eles são, definitivamente, outros: fins de produção e padronização de estatísticas, uniformizando critérios entre os diferentes países.

Em conseqüência, pode se considerar como teoricamente errada a adoção de definições da OMT enquanto referência incontestada da essência do turismo. Essa abordagem encerra armadilhas com resultados nocivos à constituição do turismo como ciência, porque induz ao engano de deturpar o objeto do Turismo. É exatamente isso que se pretende argumentar neste texto, para tentar avançar na construção positiva desse objeto.

A situação que imperava nos anos 90 foi muito bem descrita em *Introdução ao Turismo*, publicada em 1998 (e em 2001 em português), com a chancela da OMT<sup>5</sup> e sob a direção da pesquisadora espanhola Amparo Sancho Pérez, da Universidade de Valência: ao tratar do conceito e definições de turismo, explica a situação reinante na área, resumindo que “há uma ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores” (OMT, 2001, p. 35). Observa ainda a seguir, que o debate acadêmico acerca do que é o turismo e sobre os elementos que o compõem, está na origem da existência de múltiplas definições de turismo, cada uma destacando aspectos diversos da mesma atividade. O texto conclui que a definição adotada então pela OMT, em 1995<sup>6</sup>, traz pontos positivos e permite estabelecer um sistema coerente de estatísticas do setor.

Pelo dito, entendemos que existem as definições conceituais, teóricas, regidas por critérios, e as definições operacionais ou estatísticas, que se pactuam por parâmetros. As primeiras perseguem explicações teóricas, as segundas o acompanhamento estatístico.

### **As definições estatístico-operacionais e as definições teórico-conceituais**

Os estudos turísticos vêm mostrando um claro direcionamento aos estudos pontuais e descritivos dos fenômenos e experiências turísticas. O acúmulo desses trabalhos concretos deveria ter gerado uma grande preocupação pelos seus aspectos teóricos, suficiente para empreender estudos metodológicos mais aprofundados com vistas à formulação de conceitos que permitam pensar mais solidamente as bases da teoria do turismo.

Não entanto, o que se verifica é apenas o esforço institucional direcionado à delimitação dos parâmetros estatísticos relativos ao turismo, em prol das necessidades dos estudos aplicados de contar com bases de dados mais consistentes e que possibilitem comparabilidade e projeções. O desenvolvimento tem sido na direção à solução de problemas de quantificação e de padronização para efeitos estatísticos. E aqui começa se observar um distanciamento do objetivo teórico-conceitual requerido pela ciência, daquele efetivamente dado ao conceito estatístico e operacional, que visa objetivos práticos. Esta

---

<sup>4</sup> O estudioso Stephen Downes lembra que apelar a uma autoridade “é especialmente impróprio” se “a pessoa não está qualificada para ter uma opinião de perito no assunto, se não há acordo entre os peritos do campo em questão (...)” (Downes, 2002).

<sup>55</sup> Até então, a OMT mantinha incólume sua política de não entrar na área acadêmica.

<sup>6</sup> Refere-se à definição de 1991, que é mais divulgada em materiais de 1995.

passagem de preocupação se dá sem que os autores façam explicitamente a distinção necessária entre os dois tipos de abordagem, originando assim mal-entendidos e confusão entre os estudiosos. As instituições de monitoramento dos fluxos turísticos têm, na sua essência, propósitos substancialmente diferentes daqueles dos pesquisadores acadêmicos.

### **Os objetivos das instituições oficiais de dados estatísticos do turismo**

Cabe aqui se colocar uma pergunta preliminar: o que perseguem as instituições oficiais nas suas definições de turismo? Como elas definem mesmo o turismo?

A resposta aqui é simples: suas definições estão diretamente relacionadas a seus objetivos. Enquanto entidades governamentais, para subsidiar políticas e programas de governo, seu interesse é explícitamente operacional, de uso prático, e não de preocupação conceitual, de discussão do termo visando a compreensão do fenômeno do turismo.

Assim, um aspecto deve ser muito bem destacado: as instituições oficiais não têm interesse natural na problemática das definições, porque seu interesse é obter formulações que atendam à consecução de seus objetivos estatísticos. A revisão da trajetória histórica das definições da OMT sobre o turismo ajuda a esclarecer o assunto.

### **Das origens de 1925 e das etapas de constituição da OMT**

Afim de abordar os posicionamentos da principal instituição mundial do turismo, se faz necessário recapitular sobre suas origens e mutações experimentadas ao longo de seus 35 anos de história (ou 85, segundo a referência que se adote). A Organização Mundial de Turismo (**OMT**), como hoje é conhecida, foi fundada em 1970, como organização internacional de caráter intergovernamental, hoje com *status* de instituição especializada da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua história, entretanto, é bem mais antiga.

A OMT de fato teve seu embrião na época do Primeiro Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico, celebrado em Haia, em 4-9/maio/1925, para tratar dos desafios que o crescente desenvolvimento do turismo vinha colocando. O evento resultou na sua institucionalização com o nome de Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico (mais conhecido pela sua sigla em inglês, **ICOTT** – *International Congress of Official Tourist Traffic Associations*).

Mais adiante, em 1934, o ICOTT é transformado em União Internacional de Organizações Oficiais de Propaganda de Turismo (com a sigla **UIOTPO** – *International Union of Official Tourist Publicity Organizations*), que pouca oportunidade teve de ser operativa. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a UIOTPO parou de funcionar, mas ao término da mesma, em 1946/47, começou a ser reativada.

No primeiro congresso internacional de entidades de turismo, realizado em Londres em 1946, foi decidida a criação de uma nova organização internacional não-governamental, para substituir a UIOTPO. Na sua reunião de 1947, em Paris, a UIOTPO é reformada e rebatizada para a sigla simplificada de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (UIOOT, ou na sua sigla em inglês, **IUOTO** – *International Union of Official Travel Organizations*), ainda com caráter não governamental e como associação de direito privado, com sede inicial em Londres, e de 1951 a 1975 em Genebra, regida pelo código civil suíço. Na

sua reunião em Dublin, a finais de outubro de 1969<sup>7</sup>, a IUOTO revisa seus estatutos para criar uma nova organização, mais ampla, com caráter intergovernamental e vinculada à ONU. Os novos estatutos resultantes foram aprovados no dia 27/setembro/1970<sup>8</sup>, na assembleia geral extraordinária da IUOTO, realizada em Ciudad de México, mas entrariam em vigor só em 2/janeiro/1975.

Após um período de transição, de cerca de um quinquênio, necessário para a adesão formal dos membros da nova organização, a UIOOT é definitivamente renomeada (e assim extinta), em maio/1975, para **OMT**, acontecendo em Madri a primeira reunião de sua Assembleia Geral. Em 01/janeiro/1976 a nova instituição inaugura sua sede na capital espanhola, onde permanece até o presente. Logo também é vinculada formalmente às Nações Unidas, transformando-se em uma agência executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo assinado em 1977 o acordo de cooperação com a ONU, e tornando-se, desde 2003, um organismo especializado do sistema das Nações Unidas<sup>9</sup>, aliás o menor de todos os dessa categoria, com escassos recursos financeiros.

### **Caráter e alcance das definições da OMT**

A OMT tem se consagrado mundialmente por apresentar as melhores e mais acreditadas estatísticas turísticas do mundo. Os estados membros da OMT, empresas privadas, universidades e meios de comunicação, reconhecem a OMT como a fonte mais completa e fidedigna de dados e previsões sobre o turismo mundial.

Ao longo de seu percurso histórico, a OMT, bem como suas antecessoras, sempre trabalharam no sentido de conseguir formular conceitos o mais consensuais possível, de modo a poder orientar a instituição e seus membros na elaboração de dados estatísticos, visando um sistema mundial de informações unificado. Nessa caminhada, várias foram as formulações que se sucederam, com reformulações e/ou adendos. É comum se encontrar na literatura especializada uma ou outra definição das várias elaboradas pela OMT, sendo apresentada como “a definição oficial de turismo” e, como tal, atribuindo-se a ela um alcance que em muito ultrapassa seus desígnios. Qual a procedência desse comportamento?

Preliminarmente deve ser lembrado que a OMT tem sim, obviamente, definições de turismo totalmente oficiais *dentro do âmbito* da própria instituição. Isto é, são elaboradas e também acatadas pela instituição e suas filiadas, aos efeitos para os quais são construídas. Nas publicações da OMT ou em obras de autores próximos da organização, não aparecem nem se vislumbram vestígios de qualquer pretensão da OMT de estender a aceitação de suas definições para outras esferas, particularmente para a área acadêmica. Compreender esta situação é chave para desmistificar entendimentos indevidos.

---

<sup>7</sup> Do ano de 1969 mesmo, e não de 1970, como curiosamente aparece algumas vezes na literatura turística.

<sup>8</sup> Devido a este ato, a OMT decretou, em 1979, o dia 27 de setembro como Dia Mundial do Turismo.

<sup>9</sup> Em virtude da OMT ter aprovado e adotado a resolução 453(XV), que posteriormente fora ratificada pela Resolução 58/232, da Assembleia Geral da ONU, de 23/dezembro/2003, conhecida pelo nome de seu Anexo II, intitulado *Acordo entre as Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo*.

Também nessa ocasião, de 2003, a OMT mudou a denominação de sua sigla em língua inglesa, passando a adotar a de UNWTO – *United Nations World Tourism Organization* para denominar a *World Tourism Organization*, já que o acrônimo WTO tradicionalmente denomina a *World Trade Organization (Organização Mundial do Comércio)*.

Para melhor fundamentar a argumentação aqui levantada, cabe incursionar na natureza e finalidades das definições da OMT, que emanam diretamente de seus objetivos institucionais, os quais, nas suas linhas gerais, não têm mudado ao longo da história. Estes foram fixados desde os inícios da entrada da OMT no sistema da ONU, a qual expressamente lhe delegou o encargo de promover e desenvolver o turismo, em conformidade com o acordo de cooperação entre a OMT e a ONU. (Naciones Unidas, 2004)

Esses pontos, amiúde reiterados em uma ou outra forma, esclarecem a finalidade da OMT, uma multitarefa nada fácil de ser executada por uma organização inter-governamental que visa abranger os diversos setores do turismo no mundo inteiro, no intuito de atender as necessidades de todos seus mais de 500 membros, entre países (156) e outros afiliados (em torno de 400). Para levar a bom termo estes objetivos, se faz imperativa uma linguagem comum, que permita a uniformização de critérios e possibilite a comparabilidade de dados, contornando as inúmeras diferenças entre os países e regiões e as variadas abordagens construídas por cada um deles ao longo de sua história.<sup>10</sup>

A definição de turismo, dentro do sistema terminológico e referencial da OMT, ocupa um lugar igual ao de tantos outros conceitos que são por ela delimitados (tais como *visitante, viagem, turista internacional, turismo interno*, etc.).

A ausência de discussões teóricas de maior alcance e que transcendam os recintos de discussão de seus grupos de trabalho, sobre a definição conceitual de turismo, não tem constituído obstáculo aos trabalhos da OMT. Assim, os esforços pela delimitação conceitual do fenômeno do turismo, nos moldes da academia e para as necessidades de teorização dos pesquisadores e cientistas sociais, sempre estiveram e estão fora do centro das atenções da OMT, simplesmente porque isto escaparia à sua finalidade, além de não constituir um requisito necessário, e muito menos imprescindível, para seu trabalho. Com um senso pragmático adequado à sua posição, a OMT direciona os esforços para uma formulação que sirva de referência geral para estabelecer as definições operacionais requeridas para atender às suas necessidades particulares: critérios claros para aplicar no levantamento e elaboração de estatísticas turísticas, sempre que tais informações sejam produzidas.

O esforço para dar conta de sua tarefa tem consistido, basicamente, nas tentativas de elaborar uma formulação de turismo de ampla aceitação no seio da organização. Este instrumental terminológico e conceitual tem sido desenvolvido ao longo de várias décadas.

Um breve histórico da evolução dos posicionamentos da OMT sobre sua definição de turismo é esclarecedor para os propósitos do presente ensaio.

### **1937/38 – O início das definições de turismo das predecessoras da OMT**

---

<sup>10</sup> A OMT tem reconhecido, repetidas vezes, a diversidade de possíveis definições de turismo e apontado as variadas necessidades e objetivos dos diferentes países. Em um de seus principais documentos sobre o assunto, a OMT afirma: “Alguns países e determinados setores de atividade dispõem de uma gama ampla e diversificada de fontes de dados sobre turismo, que apresentam conceitos e definições diferentes para alcançar estas metas (...)” (OMT, 1995a, p. 1) A OMT, desde os tempos iniciais, tem pretendido resolver estas dificuldades da melhor forma, sempre com esforços em prol do maior consenso possível.



A OMT, ao historiar sua própria trajetória, relata que as primeiras ações para estabelecer um leque de definições internacionais sobre o turismo datam de 1937, quando teve lugar uma reunião de especialistas para definir o conceito de turista. (OMT, 1995a, p.1)

Pouco depois, já em 1938, o Comitê de Especialistas em Estatísticas (*Committee of Statistical Experts*) da Sociedade das Nações<sup>11</sup> incorporou a proposta e a seguir o Conselho da Sociedade das Nações acabou recomendando adotar essa definição inicial de *turista internacional*, para fins estatísticos. Foi assim apresentada uma “(...) influente definição que passaria a afetar a compreensão e as formas de mensuração do turismo no mundo todo, durante os cinquenta anos que se seguiram (...)” (Middleton, 2005, p. 178).

O conceito de *turista internacional* passou a ser a base do entendimento do turismo, e foi naquele então formulado nos seguintes termos:

**Liga das Nações – turista internacional – 1937/38**

Toda pessoa que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual.

Destaca-se nesta definição o fato de delimitar a turista enquanto pessoa e não o turismo em si, além da não abaranger o turismo doméstico/interno (e sim apenas o turismo internacional) e para a inserção das “24 horas” como limite inferior, sem estipular limite máximo, e sem reconhecer os *turistas do mesmo dia*. Esta curta e precisa formulação passou a constituir, por várias décadas, o eixo basilar das definições institucionais de turismo.

Nos anos da Segunda Guerra Mundial e imediatamente posteriores, não se detectam avanços significativos no plano da teoria. Já ao nível das estatísticas turísticas internacionais, registra-se em 1947 o lançamento do primeiro *Anuário de Estatísticas de Turismo*.

A velha definição de *turista internacional*, de 1937, foi ligeiramente modificada – no seu conteúdo – pela UIOTO na sua reunião de 1950, em Dublin, incluindo no seu detalhamento estudantes em viagens de estudos como turistas, bem como *excursionistas internacionais* (visita a outro país por menos de 24 horas) e *viageiros em trânsito*. Por outro lado, a Comissão de Estatísticas da ONU define, em 1953, o conceito de *visitante internacional* (OMT, 1995a, p. 1) e modifica também a definição da IUOTPO estipulando uma estada máxima de seis meses<sup>12</sup>. Assim, passo a passo, vai se constituindo o marco conceitual das estatísticas turísticas da máxima autoridade internacional na matéria.

## **Roma 1963 – a conferência da ONU e a nova definição de turismo**

Relata a OMT que

Em 1963, à iniciativa da UIOOT, reúne-se em Roma a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais. Esta Conferência adotou uma série de recomendações importantes sobre a Definição dos Termos de Visitante e Turista **para fins das estatísticas internacionais**. (Site da OMT, recuperado em 15 setembro de 2012; grifo nosso)

<sup>11</sup> A instituição internacional que precedeu à ONU também era chamada de Liga das Nações (*Societé des Nations, Sociedad de Naciones, League of Nations*).

<sup>12</sup> Segundo relata Stephen L. J. Smith (2004, p. 27).



Nessa Conferência foram recomendadas as definições dos termos *visitante*, *turista* e *excursionista*<sup>13</sup>, propostos anteriormente pela UIOOT. No evento também foi apresentada uma definição de turismo, até hoje muito difundida, nos seguintes termos:

**UIOOT / ONU– turismo – Roma – 1963**

Atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas.

(Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Roma, 1963)

Nesta definição já se passa a qualificar a atividade (o turismo), contemplando ainda só o turismo internacional, e limitado àquelas pessoas movidas por razões distintas das de manter, no país visitado, qualquer vínculo com remuneração. Manteve-se o critério de duração da estada, fixada em 24 horas ou mais.

Em 1967, o Grupo de Especialistas em Estatísticas da ONU examinou os conceitos formulados em 1963, e em 1968 foram oficialmente adotadas pela Comissão de Estatísticas da ONU. Nessa oportunidade também foi sugerido substituir a expressão de visitante-do-mesmo-dia (*day visitor*) pela de excursionista, para permanências de até 24 horas.

Nos anos 70 e 80, o desenvolvimento dos conceitos estatísticos e do marco para o turismo não acompanharam as mudanças na natureza e importância do turismo no mundo, bem como de seu potencial de crescimento futuro. Praticamente nenhum avanço substancial foi registrado até a chegada dos anos 90. Entretanto, um acordo de cooperação assinado em 1977 entre a ONU e a já operante OMT, sentou as bases para um novo impulso na área das estatísticas internacionais de turismo. Seus frutos não demorariam a aparecer.

Diante da inexistência do item turismo nos sistemas de contas nacionais e já tendo avançado nas metodologias das contas satélites, em 1982 a OMT encomendou um estudo sobre a viabilidade do sistema da Conta Satélite do Turismo, cujas recomendações foram endossadas pela Assembléia Geral da OMT no ano seguinte, em Nova Delhi.

Uma publicação conjunta do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), OMT e Nações Unidas, do ano 2001, sintetiza e avalia mais de 4 décadas desta história com as seguintes palavras:

O período compreendido entre 1937 e 1980, caracterizou-se pelo estabelecimento de definições e classificações das estatísticas do turismo internacional, pouco compatíveis com outras estatísticas.  
(EUROSTAT/OCDE/OMT/NU, 2001, p. 7)

A situação no início dos anos 80 expôs os limites do sistema estatístico disponível, baseado nos sistemas de contabilidade nacional dos diversos países, que não contemplavam o turismo de maneira independente, o qual iria provocar novas medidas corretivas.

---

<sup>13</sup> Esta terminologia (*viajeiros*, *visitantes*, *turistas* e *excursionistas*) da OMT é específica para os fins da própria instituição, não se ajustando bem ao sentido desses termos na linguagem popular e dos *trades* turísticos.

## Anos 90: esforços de uniformização terminológica e a definição de 1991

A definição da UIOOT de 1963, com suas várias especificações posteriores, deixou sem esclarecimento vários termos, além de não se mostrar adequada para harmonizar, no nível internacional, as estatísticas e conceitos turísticos. A preocupação com os problemas terminológicos foi levando a OMT, como tinha acontecido com suas predecessoras e particularmente com a UIOOT, a priorizar o objetivo de alcançar uma linguagem comum que facilitasse a identificação e colheita de informações na área do turismo no nível mundial.

Neste sentido, a partir dos anos 90 a OMT empreendeu várias iniciativas no intuito de enfrentar e resolver esses problemas, que se alastravam pesadamente.

Como resultado destes esforços, a OMT organizou em 24-28/junho/1991, junto com o governo do Canadá, a Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo (conhecida como *Conferência de Ottawa*), para estudar a elaboração de estatísticas turísticas fiáveis, melhorando substancialmente as que vinham sendo produzidas. Como coroação do evento, foi adotado um conjunto de resoluções, na forma de recomendações, que definiam as necessidades estatísticas da indústria turística para análise, estudos de mercado, rendimento industrial e previsões do turismo. Isto incluía recomendações sobre conceitos, definições e classificações.

Na conferência de Ottawa foi explicitamente aceito, como sendo o critério apropriado, o conceito do *lado da demanda*<sup>14</sup>, surgindo a seguinte definição de turismo:

### OMT – turismo – Ottawa – 1991

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos. (OMT, 1995b, p. 1)

(Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, Ottawa, 1991)

Nesta definição de turismo, considerada pela OMT como ampla e flexível, o distanciamento da compreensão do turismo como uma atividade econômica produtiva, leva a entender as atividades pelo lado do consumo, no que constitui uma passagem clara para uma abordagem do ponto de vista da demanda.

No enunciado podem ser observadas algumas alterações relevantes em relação à definição anterior: o entendimento da atividade turística passa a envolver tanto a estada quanto a própria viagem, substitui-se *residência* por *entorno habitual* e se introduz o limite superior da estada, fixando-se este em um ano, ao mesmo tempo em que se suprime o período mínimo exigido de 24 horas<sup>15</sup> (permitindo assim a inclusão dos *turistas do mesmo*

<sup>14</sup> Sobre a opção de definir o turismo pelo **lado da demanda**, e não da oferta, diz a OMT: “(...) o turismo não pode ser determinado do ponto de vista da oferta de bens/serviços particulares. Não é a natureza do bem/serviço o que identifica uma atividade como turismo, mas as circunstâncias do consumidor do bem/serviço. (...) O turismo, ao menos na teoria, pode supor o consumo final de qualquer produto. Conseqüentemente, a definição de ‘turismo’ tem por base a definição do tipo de consumidor cuja atividade constitui o turismo, e não o tipo de produto consumido.” (OMT, 1995b, p. 2)

<sup>15</sup> Em alguns textos que circulam no mercado, encontra-se inserida, equivocadamente, nesta definição de 1993 da OMT, a expressão “e superior a 24 horas”, acrescentada logo após a estipulação de tempo. *Sic.*

dia), e detalha-se o tipo de motivo que pode caracterizar o turista e, por conseguinte, o turismo. É notório também que esta definição abrange inúmeros propósitos de visitação, bem como o turismo doméstico além do internacional, e certamente não mais exclui as visitas inferiores a 24 horas. Assim, o período mínimo de estada, seja na destinação ou fora do *entorno habitual*, pode variar dependendo das condições de cada nação e dos critérios de suas instituições, na hora de acompanhar as recomendações na sua aplicação.<sup>16</sup>

Ressalta o fato de que na definição seja inserida uma menção sobre a motivação da viagem, de uma maneira que seria impensável para definições teóricas, já que exemplifica as finalidades possíveis, de uma forma que envolve, praticamente, qualquer coisa (“ou outros motivos”). Esta parte explicativa da definição é própria de orientações para sua aplicação na prática, isto é, para determinar se uma viagem/estada deve ser considerada fato turístico. Essa formulação, de fato, afirma que o motivo pode ser... qualquer um!<sup>17</sup>

A OMT, com esse passo, perseguiu a finalidade concreta de melhorar as normas internacionais para elaboração de dados turísticos. Assim, as recomendações da OMT emanadas da Conferência de Ottawa sobre estatísticas de turismo foram submetidas à ONU.

A Comissão de Estatísticas da ONU aprovou, nos marcos do 27º período de sessões, em 22/fevereiro-3/março/1993, um informe com recomendações da Conferência de Ottawa (bem como sugestões emanadas da ONU, OCDE, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, EUROSTAT...) sobre normas de estatísticas do turismo, e um programa de trabalho para a aplicação dessas normas, referentes a diversos aspectos relativos aos visitantes: chegadas, receitas e despesas, pernoites, tipos de transporte, duração de estadias, e origem dos visitantes. Isto, ainda, com o intuito de avançar no grande objetivo de criar uma linguagem estatística comum, capaz de possibilitar comparações entre os dados obtidos pelos diversos países.<sup>18</sup>

As recomendações aprovadas em março de 1993 foram publicadas em 1994 com o nome de *Recomendações sobre Estatísticas de Turismo* (conhecidas pela sigla RET, ou RTS, em inglês). Importante destacar os critérios adotados pela OMT/ONU, para definições e classificações, nestas Recomendações:

- (a) As definições e classificações devem ter aplicabilidade mundial, tanto em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento;
- (b) Elas devem colocar a ênfase na simplicidade e na clareza;
- (c) **Devem se limitar a fins estritamente estatísticos;**

---

<sup>16</sup> É possível se surpreender pela diversidade de entendimentos ou formas de aplicar o conceito ao decidir os pontos de corte. Assim, por exemplo, Middleton aponta que “com propósitos estatísticos, no Reino Unido é considerada como visita do mesmo dia, aquela com pelo menos três horas fora da residência, embora esta seja uma medida de conveniência que não é adotada em todos os países.” (2005, p. 181)

<sup>17</sup> Ao dizer que a finalidade pode ser de *lazer, negócios ou outras*, está se afirmando que não é relevante a razão pela qual alguém faz a viagem de visitação, porque fica absolutamente redundante a inclusão de tal especificação, já que a listagem restou em aberto para incluir, por exemplo, “fazer nada”. Talvez o sentido dessa especificação tenha sido para mostrar a amplitude do que pode ser entendido como turismo, e mesmo rebater o argumento de que o *turismo de negócios* não poderia ser considerado como turismo.

<sup>18</sup> Nessa oportunidade, foi também adotada pioneiramente, mesmo que de forma provisória, a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT, mais conhecida pela denominação em inglês, *Standard International Classification of Tourism Activities – SICTA*). Este trabalho complementa a linha desenvolvida do lado da demanda, porque tomando as atividades econômicas como base atinge-se uma categorização a partir do lado da oferta, permitindo identificar as atividades e os produtos principais abrangidos pelo turismo. (UNITED NATIONS & WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1994, p. 29)

- (d) Devem ser compatíveis com as normas e classificações internacionais atuais (...);
  - (e) Devem estar formuladas em termos simples (...).
- (UNITED NATIONS & WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1994, p.3; grifo nosso)

Resultado do amadurecimento dos estudos e ainda como indicação da Comissão de Estatísticas da ONU, a OMT foi solicitada a elaborar uma série de manuais técnicos e de diretrizes, capazes de ajudar os países e suas instituições a colocar em prática as recomendações sobre conceitos, definições e classificações para as estatísticas de turismo.

Como desdobramento imediato, a OMT empreendeu esforços para implementar, com técnicos da OMT e contribuições de especialistas de outras instituições (tais como EUROSTAT e OCDE, principalmente), um programa específico de trabalho para levar à prática as recomendações da *Conferência de Ottawa* encampadas pela ONU. O resultado concreto foi a elaboração de uma série de importantíssimos manuais, que foram publicados em 6 línguas, em 1995, e que a OMT considera que contêm expressões e conteúdos que estariam propondo “um marco inter-relacionado de conceitos, definições e classificações.” Eles têm grande importância para a recuperação histórica e o esclarecimento dos procedimentos<sup>19</sup>:

Manual Técnico No.1: Conceptos, definiciones y clasificaciones de las estadísticas de turismo.

*Concepts, definitions and classifications for tourism statistics.*

Manual Técnico No.2: Compilación de las estadísticas del gasto turístico.

*Collection of tourism expenditure statistics.*

Manual Técnico No.3: Recopilación de las estadísticas de turismo interno.

*Collection of domestic tourism statistics.*

Manual Técnico No.4: Acopio y compilación de las estadísticas de turismo.

*Collection and compilation of tourism statistics.*

Em cada um deles pode se ler, e perceber claramente, o cerne da questão:

Os conceitos, definições e classificações recomendados constituem o centro neurálgico deste manual e são objeto de um amplo consenso internacional. O objetivo deste manual é o de aportar os maiores esclarecimentos sobre os mesmos e de situá-los num contexto que os torne **operacionais, isto é, aplicáveis na prática**. (OMT, 1995a, p. 4, grifo nosso)

### **No ocaso do século XX: a atualização de 1999 da definição de 1991**

É no documento *Atualização das Recomendações sobre estatísticas de turismo*, de 1999, da Comissão de Estatísticas da ONU, que está incluído o adendo introduzido à definição de turismo, de 1991, que vinha sendo utilizada a partir de 1993. A modificação àquela definição consiste em um acréscimo especificando que os motivos da viagem/estada não poderiam estar relacionados a atividades remuneradas, ou seja, que a finalidade da visita teria que ser outra que o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Com isto, adota-se uma posição em relação a um dos pontos mais polêmicos em torno do que pode ou não ser considerado turismo. Assim o turismo passa então a ser descrito como:

#### **OMT – turismo – 1999**

---

<sup>19</sup> Desse conjunto também passou a fazer parte o manual técnico *El turismo y la Balanza de Pagos (Tourism and the balance of payments)*.

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos **não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado**.<sup>20</sup> (ONU / OMT, 1999, p. 5, grifo nosso)

Esta última definição encerra a longa caminhada do entendimento internacional do turismo e de sua “definição oficial” no século XX, e também marca o fim de uma era. As exigências práticas por melhores estatísticas e as possibilidades reais de finalmente passar a um novo sistema de estatísticas, vão irromper com toda força no século seguinte.

### A impulsão terminológica dos novos tempos: o Tesouro da OMT

Os preparativos para conseguir passar a um novo sistema internacional de estatísticas padronizado, começaram no início dos anos 90. A unificação terminológica fazia parte desse plano, até porque é requisito imprescindível para a indexação uniforme.

Para tanto, a OMT recebeu a adesão da então Direção de Turismo da França (*Direction du tourisme de la France*), quando o Secretariado de Estado para o Turismo (*Secrétariat d'état au tourisme*) aliou-se à OMT para, a partir de um tesouro monolíngüe<sup>21</sup> publicado em 1992 pela Administração Turística da França (*Administration touristique de la France*), elaborarem conjuntamente um tesouro plurilíngüe do turismo e lazer.

O resultado marcante de mais de duas décadas de esforços para desenvolver uma linguagem documental específica que facilite a criação e recuperação de informações relativas a atividades turísticas, foi a publicação, em 2000, do *Tesouro do Turismo e Lazer* (inicialmente só trilingüe: Francês, Inglês e Espanhol)<sup>22</sup>. Seu objetivo é servir não apenas como guia de terminologia do turismo, mas também para a normatização de uma linguagem comum para indexação e pesquisa no âmbito internacional.<sup>23</sup> (SECRÉTARIAT D'ÉTAT AU TOURISME DE LA FRANCE / ORGANISATION MONDIALE DU TOURISME, 2000)

---

<sup>20</sup> Ao verificar as versões originais, observam-se as expressões seguintes: *activity remunerated from within the place visited* (CEC / OECD / WTO / UN, 2001, p. 13 e 36); *non liés à l'exercice d'une activité rémunérée dans le lieu visité* (ONU / OMT, 1999, p. 3 e 5); e *no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado* (OMT - NU, 1999, p. 3 e 5). Esta expressão pode ser traduzida para o português como *remunerada no local visitado*, entretanto, pode se considerar como tradução mais adequada a expressão *remunerada a partir do local visitado*. O importante não é o local de pagamento, mas sim o fato de ser a atividade ali desenvolvida a que gera a remuneração. O INEGI, de México, contorna este problema interpretativo com a formulação a: “(...) incluindo a condição de não ser empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA, 2008, p. 7)

<sup>21</sup> *Thésaurus du tourisme et des loisirs*, dirigido por Merchid Berger, Danielle Petitjean e Fatan Golchani (Paris: Ministère du tourisme. Observatoire national du tourisme, 1992, 241 p.)

<sup>22</sup> Então já como publicação conjunta do Secretariado de Estado para o Turismo da França e da OMT (*Thésaurus du tourisme et des loisirs; Thesaurus on Tourism and Leisure Activities; Tesouro de Turismo y Ocio*). Esse tesouro incluía um total de 8.185 termos, considerando o conjunto dos três idiomas.

<sup>23</sup> Na preparação da obra deu-se atenção especial à abordagem metodológica que evita a simples tradução de expressões, colocando assim as bases de um tesouro realmente plurilíngüe no qual os descritores ganham sentido em cada língua (SECRÉTARIAT D'ÉTAT AU TOURISME DE LA FRANCE / ORGANISATION MONDIALE DU TOURISME, 2000, pp. ix, xxix e xlviij).

## **Anos 2000: nova filosofia da OMT**

Ao longo de sua extensa trajetória, as definições-marco das instituições de dados e estatísticas (OMT e suas antecessoras, incluídas as principais instituições nacionais), têm feito um percurso de uma abordagem totalmente restritiva (definição de 1937/38), para um patamar com sentido mais amplo, abrangendo cada vez mais diversas modalidades e se avançando em direção de definições mais conceituais. Esta trajetória pareceria ser inversa à percorrida pelos cientistas sociais que se debruçam sobre o turismo, sendo que cada vez mais tentam ajustá-lo a suas próprias necessidades de área ou temáticas, e menos tencionam elucidar sua essência.

O caminho seguido pela OMT parece-nos bastante claro, e representativo da área institucional da OMT, que tem assumido o papel de nítida vanguarda. Para se ajustar às condições em franca evolução, a modalidade de reação da OMT tem sido através da emissão de alguns conjuntos de recomendações para as estatísticas de turismo, sempre no sentido de avançar na promoção da comparabilidade internacional. Foi assim principalmente com as publicações resultantes das aprovações de informes abrangentes em 1978 e 1993, contendo recomendações internacionais sobre estatísticas turísticas, que trouxeram modificações nos entendimentos dos conceitos e definições. Este procedimento iria se repetir, pela terceira vez, em 2008, originando uma nova publicação congênere: *Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo – 2008* (IRTS 2008). A partir deste momento, assiste-se a uma nova postura da OMT, a atual etapa.

## **A OMT avança na sua linha estatística e impulsiona a CST**

Um sonho persistentemente perseguido pela OMT – e não só por ela – tem sido o de estabelecer normas e definições de âmbito mundial para avaliar a real contribuição do setor turístico em termos de percentual do PIB, de empregos advindos diretamente do turismo e de investimentos de capital da área turística. A Conta Satélite do Turismo (CST)<sup>24</sup>, devia constituir uma ferramenta para melhor conhecer as contas nacionais e principalmente o papel desempenhado pelo turismo nas economias dos diversos países, além de consistir num precioso sistema de avaliação da oferta e da demanda do setor turístico em cada país.

O sistema CST vem a representar o segundo padrão internacional em matéria de estatísticas turísticas, com a pretensão de dispor de dados econômicos do turismo dentro de um quadro interna e externamente consistente com o resto do sistema estatístico. Por meio de suas interligações com o Sistema de Contas Nacionais, pretende ser o lugar de reconciliação das diversas estatísticas turísticas.

---

<sup>24</sup> O termo “satélite” denota um conjunto de agregados de informações turísticas que ficam articulados às contas nacionais de um ou outro país. No caso, esses novos agregados, “satélites”, são estabelecidos seguindo as diretrizes e recomendações da OMT/ONU para a elaboração de contas nacionais, com base no Sistema de Contas Nacionais adotado pela ONU em 1993. O turismo não constitui, historicamente, um item isolado na contabilidade nacional, mas está inserido e diluído em diversas atividades que sim são registradas, cada uma das quais atende, em maior ou menor medida, os turistas. O novo marco conceitual visa permitir a mensuração separada do turismo no país. Metodologia similar é aplicada para mensurar outras atividades não contempladas diretamente pelas contas nacionais: conta satélite do trabalho não remunerado, conta satélite da cultura, conta satélite da saúde...

A OMT tem opinado reiteradamente que a adoção da metodologia da CST, vai fazer do turismo – e já está fazendo – o primeiro setor no mundo a contar com normas internacionais para avaliar sua incidência econômica com credibilidade. Para alcançar este sonho, a OMT tem percorrido um caminho sinuoso.<sup>25</sup>

As raízes do projeto de CST remontam a 1982, quando a OMT encarrega um estudo de viabilidade. As recomendações dele resultantes foram a seguir apresentadas em 1983 à Assembléia Geral da OMT, em Nova Delhi, que as aprovou, dando esse documento a largada para iniciar a construção das CSTs. A OMT impulsiona então o projeto, e foi recomendada a criação de uma CST pioneira no Canadá. Na *Conferência de Ottawa*, em 1991, *Statistics Canada* já apresentou uma proposta conceito para sua implementação. (Smith, 2004, p. 28)

Anos de trabalho se passaram até que a finais do século passado as ideias atingiriam um nível que possibilitaria um passo qualitativo maior. Foi então que a OMT e o governo da França organizaram conjuntamente, em 15-18/junho/1999, em Nice, a Conferência Mundial Enzo Paci sobre a avaliação da incidência econômica do turismo, onde foi inicialmente apresentado o projeto *Conta Satélite do Turismo: Referências Metodológicas*, que foi aprovado pela Conferência.<sup>26</sup>

No ano seguinte, as Nações Unidas endosam a proposta de metodologia apresentada em 2000 pela OMT e publicada no ano seguinte, denominada *Conta Satélite do Turismo – CST* (CEC / OECD / WTO / UN, 2001), com o qual foi dada a partida para iniciar seu processo de implantação, que começou com a reformulação de conceitos e instrumentos.

### **A IRTS 2008: mais uma nova definição de turismo**

Um avanço importante foi alcançado em 2001, quando a OMT propôs uma nova Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas, logo aprovada pela ONU. Isto permitiu o desenvolvimento de uma metodologia padrão para mensurar o valor econômico do turismo nas contas nacionais (através das CSTs). A interdependência entre os diversos setores e organismos do sistema das Nações Unidas fica patente quando se observa que no detalhamento dos conceitos relativos ao turismo, estes só foram aceitos e promulgados como padrões da ONU após se aceitar, nos marcos do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS)<sup>27</sup>, um entendimento do turismo mais limitado, que excluía o transporte e outras atividades bastante dependentes do turismo, tais como o de aluguel de carros.

---

<sup>25</sup> Nessa caminhada, a OMT não estaria sozinha, nem seria precursora isolada. Na Europa, onde o turismo, especialmente o internacional, avançava a passos longos, existia uma forte pressão institucional por dispor de um sistema como o da CST. O Comité de Turismo da OCDE, em 1992, já iniciara o desenvolvimento de um conjunto de Contas Económicas do Turismo (TEA), um autêntico precursor da CST que a OMT viria formular posteriormente.

<sup>26</sup> O sucesso obtido pela metodologia da CST tem sido um convite para reivindicar os créditos pela sua paternidade. Por exemplo, autores britânicos apontam que desde os anos da década de 1930, na Inglaterra encontram-se, pioneiramente, apêndices que explicavam os problemas de definição e mensuração do turismo, sendo que as ideias básicas nas quais está fundada a contabilidade da CST contemporânea teriam sido inicialmente explicitadas na Inglaterra em 1944. (Middleton, 2005, p. 179)

<sup>27</sup> O AGCS é um acordo nos marcos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que funciona desde janeiro de 1995 (e cuja denominação em inglês é *General Agreement on Trade in Services – GATS*). Este acordo está para o comércio de serviços, como o mais conhecido Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o já familiar GATT (do inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*), está para o comércio de mercadorias. A “indústria do turismo”, a rigor, fica no setor de serviços, e não no industrial, por isso é tratado nos marcos do GATS.



Nesta mesma direção, a OMT publica em 2002 o trabalho *Apontamentos de Metodologia da Pesquisa em Turismo*, no qual contorna os temas conceituais e se concentra em metodologias aplicadas e de preparação de informação estatística, índices de preços turísticos e medidas de impactos, com especial vinculação com as contas satélites. A publicação fornece abordagens metodológicas concretas para a utilização das informações que a instituição elabora. (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2002)

Desde 2004, muitas reuniões internacionais se sucederam, impulsionadas pela OMT, que culminam no 39º período de sessões da Comissão de Estatísticas da ONU, realizada em Nova York em fevereiro de 2008, aprovando os documentos oficiais da estatística do turismo. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA, p. XIII)

Na continuação, foi de vital importância o Workshop sobre Estatísticas do Turismo, realizado em Ancara, em 16-18/junho/2008. Visando dar os passos necessários para poder implementar efetivamente a CST, foi providenciada a revisão das RTS 1993, à luz das novas recomendações que a Comissão de Estatísticas da ONU tinha aprovado em fevereiro do próprio 2008. Aqui precisa ser ressaltado que estava então se configurando um novo entendimento da melhor forma de delimitar turismo, com base nas necessidades de atendimento das novas exigências e do projeto de CST. Esse direcionamento é nítido quando se faz a comparação entre as recomendações internacionais para as estatísticas de turismo de 1993 e as de 2008.<sup>28</sup>

O caminho até a terceira publicação-marco foi demorado e tortuoso. Só após chegarem a um acordo, em setembro de 2005, sobre as diferenças identificadas (tais como a definição de *visitante*, o polêmico tratamento dispensado aos *viajantes* por motivos de negócios, etc), as quais afetariam o desenvolvimento prático do próprio sistema de estatísticas da instituição. Ao longo de 2006-2008, a OMT e a Divisão de Estatísticas da ONU revisaram conjuntamente o conteúdo de dois manuais fundamentais da OMT: o *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework* (TSA-RMF), que fora adotado pela Comissão de Estatísticas da ONU no ano 2000, e o RTS 1993. Como resultado desta empreitada, em 2008 consolidaram-se o TSA-RMF 2008 e o IRTS 2008, logo a seguir adotados pela Comissão de Estatísticas na sua 39ª sessão, em fevereiro de 2008.

Estas duas grandes publicações, as *IRTS 2008* e o *TSA-RMF-2008*, tiveram caminhos paralelos, porém cada um teve suas peculiaridades e especificidades, que permitem tratá-las separadamente, mesmo sendo complementares.

Na explicação do estatístico espanhol Antonio Massieu – na qualidade de chefe do setor de estatística e mensuração econômica de turismo da OMT, e encarregado da CST – o trabalho de revisão pós-setembro de 2005 empreendido com a participação de especialistas de várias instituições, teve como perspectiva acabar com algumas das limitações mais determinantes da estatística turística desenvolvida até então:

---

<sup>28</sup> Veja o *Annex 1 – Main differences between the International Recommendations for Tourism Statistics 2008 and the 1993 Recommendations on Tourism Statistics* (UNITED NATIONS, s/d, pp. 101-3). Este anexo traz uma pormenorizada comparação entre as expressões mais importantes, a qual mostra claramente as modificações e avanços alcançados, e principalmente o novo direcionamento e entendimento do turismo de modo a torná-lo mais consoante com a nova metodologia da OMT.

- Introduzindo indicadores do gasto turístico (além dos existentes indicadores de natureza física tais como os de “chegadas”, “pernoites”, “viagens”, etc.);
- Aceitando a importância da medição do emprego;
- Enterrando a colocação de que a mensuração do turismo em termos de atividades e produtos tem que contar com classificações próprias, mas que a elaboração de listas próprias devem se integrar às classificações internacionais já existentes e amplamente utilizadas; e
- Identificando a necessidade de vincular o desenvolvimento das estatísticas turísticas com o balanço de pagamentos, a sustentabilidade e a perspectiva sub-nacional. (Massieu, 2007, p. 9)

As recomendações sobre as estatísticas contidas nos sucessivos pacotes, de 1978 e de 1993, pretendiam promover a comparabilidade internacional. Este direcionamento manteve-se no novo conjunto de recomendações, mesmo com mudanças no sistema geral.

É nesse contexto que posteriormente vê a luz a publicação das Nações Unidas *Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo – 2008*, com o objetivo de fortalecer os países nos fundamentos metodológicos e operacionais das estatísticas de turismo, e isso de uma forma integrada e coerente com as estatísticas oficiais existentes.

Na versão IRTS 2008 observa-se uma revisão em relação à RTS 1993. No pacote de 1993 não eram definidos nem *viagem* nem *visita*, o qual originava algumas confusões na sua utilização.<sup>29</sup> Alguns esclarecimentos lembram que as atividades realizadas por um visitante podem ou não envolver transações mercantis e podem ser tanto diferentes quanto similares às realizadas normalmente pelo visitante na sua rotina normal da vida. Aponta-se ainda que as atividades desenvolvidas na destinação, quando semelhantes às executadas usualmente, têm uma frequência/intensidade diferente quando a pessoa está viajando. Essas atividades representam as ações e comportamentos que adotam as pessoas na preparação e durante a viagem enquanto consumidores. (UNITED NATIONS, s/d, p. 1)

O percurso culmina com as novas ideias, que aparecem já em trabalhos de outras instituições de estatísticas internacionais ligadas à ONU, como na publicação da OMT/ONU/EUROSTAT/OECD, *2008 Conta Satélite do Turismo: Marco Metodológico Recomendado*.<sup>30</sup> (NU / OMT / CCE / OCDE, s/d.). Aqui, já na sua introdução e em sintonia com a IRTS 2008, é incorporada uma definição de turismo nada tradicional até então nas publicações da OMT e das organizações parceiras principais (ONU, OECD). Preliminarmente, aponta que:

O turismo, enquanto fenômeno impulsionado pela demanda, refere-se às atividades dos visitantes e a seu papel na aquisição de bens e serviços. Também pode ser considerado a partir da perspectiva da oferta, e nesse caso o turismo passa a ser entendido como um conjunto de atividades produtivas concebidas para atender fundamentalmente os visitantes. Um visitante é uma pessoa que viaja a um destino principal diferente ao de seu entorno habitual, com duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócios ou outro motivo pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. (NU / OMT / CCE / OCDE, s/d, p. 1)

<sup>29</sup> *Grosso modo*, uma viagem agora designa o deslocamento de uma pessoa que sai de seu entorno habitual, até seu retorno, pode incluir várias visitas a diferentes locais, e se caracteriza pela sua destinação principal.

<sup>30</sup> Esta publicação é uma atualização do documento oficial, de 2001, sobre a CST.

Na publicação se sentenciamos, logo a seguir:

**OMT (e ONU e OECD) – turismo – CST-2008 – 2008**

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual. (NU / OMT / CCE / OCDE, s/d, p. 1)

Na IRTS 2008, apresenta-se o turismo com um enfoque um tanto diferente dos que eram usuais na instituição, com um matiz bem mais conceitual e levando em conta sua complexidade. Não apenas aponta para a essência do fenômeno do turismo (estabelecendo suas dimensões social, cultural e econômica), mas indica como fato essencial o que acontece em decorrência da saída de pessoas do entorno habitual e, finalmente, assinala o prazer (lazer) como principal motivação. A nova definição:

**ONU/OMT – turismo – IRTS 2008 – 2008**

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, **geralmente por prazer**. (NACIONES UNIDAS / UNWTO, s/d, p. 1; grifo nosso)

Estas formulações de 2008 (na versão reduzida e, fundamentalmente, na versão completa), não estão muito difundidas, porém parecem marcar uma nova fase no entendimento do turismo por parte da OMT. Aliás, estas definições, amplamente discutidas e trabalhadas nos marcos das reuniões temáticas especializadas, não ocupam lugar de destaque nas publicações oficiais da OMT, seguindo um padrão de apenas apresentar o conceito de turismo no início, seguido de inúmeros outros conceitos no mesmo patamar.

Uma definição é uma síntese objetiva, entretanto, direcionada a um determinado público, e tem que ser inteligível aos destinatários. Aqui ressalta uma diferença entre as definições conceituais e as operacionais: as primeiras geralmente estão direcionadas a um público acadêmico, voltado ao questionamento e à procura do conhecimento, enquanto as segundas são direcionadas a pessoas e instituições que lidam com a aplicação pontual e com a necessidade de classificações binárias (tipo sim/não), para levantamentos estatísticos. As definições do segundo tipo precisam amiúde conter intervenções explicativas de alguns tópicos, a fim de que o usuário final (entrevistador, aplicador, recenseador) possa decidir em cada caso sobre o enquadramento ou não do fenômeno examinado dentro da rubrica do formulário dado, no caso, se uma determinada ação ou atitude constitui ou não turismo. E este é o objetivo da OMT quando formula sua definição, e mais ainda quando a utiliza para fazer as diretrizes de cada levantamento concreto.

**Concluindo**

A preocupação central da OMT não é a de apresentar definições conceituais – certamente deixadas para teóricos e acadêmicos – mas a de elaborar definições normativas aplicáveis para a obtenção de dados estatísticos que deem conta da incidência do fenômeno do turismo nos diversos países e no mundo em geral.

É mister apontar que a OMT (e suas predecessoras) tem estado sempre no comando dos esforços institucionais para definir o turismo *para fins estatísticos*, para atender *as necessidades estatísticas*. Nessa empreitada nunca esteve só. O Comitê de Estatísticas da ONU, a OCDE e o EUROSTAT, principalmente, e muitas instituições nacionais e outras internacionais, têm participado nesta tarefa. Por razões de síntese é hábito se colocar como se apenas a OMT respondesse por essas formulações, mas fica entendido que são formulações de autoria conjunta, mesmo que o maior peso corresponda à OMT.

A questão é, então, por que não acatar as formulações da OMT enquanto definições de turismo? A pergunta em si induz a equívoco, pois indiretamente supõe que esteja se condenando as definições da OMT caso não adotadas, quando na realidade o que é repreensível é seu uso indevido, sua menção como definição conceitual ao invés de lembrar que se trata de definição-marco para concretizar necessidades estatísticas. Estaria se apelando à autoridade da OMT na pretensão de que se acate sua definição como se fosse de essência e uso teóricos.

Identifica-se aqui uma situação de *apelo à autoridade*, no caso, sem fundamento. Mesmo que em determinados contextos seja adequado citar uma autoridade para respaldar uma opinião, não substitui a argumentação necessária. A OMT bem que poderia ser considerada como plenamente qualificada para opinar sobre o assunto, como perita no assunto, só que ela tem declinado dessa tentativa, provavelmente porque tal empreitada sai de seu foco e não ajudaria a atingir suas finalidades. É evidente que a OMT tem adotado uma posição bem pragmática para a consecução de seus objetivos institucionais e estatísticos, se eximindo de entrar em discussões terminológicas e conceituais que transcendam as suas reais necessidades práticas e seus objetivos.

Por outro lado, certamente não há – e quem sabe nunca haverá – consenso dos especialistas em relação à definição de turismo. Entretanto, esta realidade não justifica a prática de argüir as definições da OMT como sendo os parâmetros conceituais aos quais os cientistas sociais deveriam se ater. O paradoxal é que tal demanda não parte de tecnocratas nem de estatísticos, mas dos próprios estudiosos e acadêmicos do turismo.

O turismo, conceitualmente, pode ser abordado de perspectivas e disciplinas diferentes. O resultado óbvio: diferentes definições, aparentemente representando um problema, no entanto nada há de errado com essa multiplicidade. O errado não é formular definições diferentes, até mesmo porque existem abordagens e focos diversos, e sim pretender que as definições assim obtidas sejam absolutizadas. Nas Ciências Sociais, onde o pluralismo metodológico é uma constante, deve-se conviver com esta pluralidade, com a diferença. Assim, estas considerações sugerem a necessidade de direcionar esforços para delimitar a essência do turismo e permitir a consequente construção da ciência do turismo.

## Referências

- CEC / OECD / WTO / UN. (2001). *Tourism Satellite Account: Recommended Methological Framework*.
- CEC / OECD / WTO / UN. (s.d.). 2008 *Tourism Satellite Account: Recommended Methological Framework*. Luxembourg / Madrid / New York / Paris.
- Downes, S. *Guia de falácias lógicas*. Recuperado em 13 outubro, 2012, de [www.str.com.br/Scientia/falacias2.htm#broad](http://www.str.com.br/Scientia/falacias2.htm#broad)

- EUROSTAT/OCDE/OMT/NU. (2001). *Cuenta satélite de turismo (CST): Recomendaciones sobre el marco conceptual*. Luxemburgo / Madrid / Nueva York / París.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía. (2008). *Sistema de Cuentas Nacionales de México – SCNM. Cuenta Satélite del Turismo de México, 2003-2006*. México: INEGI.
- Massieu, A. (2007). Recomendaciones Internacionales sobre estadísticas de turismo de la Organización Mundial de Turismo. *Índice: revista de estadística y sociedad*, 9-10.
- Middleton, V. T. (2005). *British Tourism – The remarkable story of growth*. Oxford: Elsevier/Heinemann.
- Naciones Unidas (2004). *Acuerdo entre las Naciones Unidas y la Organización Mundial del Turismo (Resolución 58/232)*. s.l.
- Naciones Unidas / UNWTO. (s.d.). *Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo – 2008*. Madrid / Nueva York: Naciones Unidas.
- NU / OMT / CCE / OCDE. (s.d.). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual, 2008*. Estudios de métodos. Serie F, No. 80/Rev.1. Luxemburgo/Madrid/Nueva York/París: OMT.
- OMT - NU. (1999). *Actualización de las Recomendaciones sobre estadísticas de turismo OMT-ONU – Serie M No. 83 (1994)*.
- ONU / OMT. (1999). *Mise à jour des Recommandations sur les Statistiques du Tourisme ONU-WTO – Série M No. 83 (1994)*.
- Organização Mundial do Turismo. (1995b). *Compilación de las estadísticas del gasto turístico*. (Manual Técnico No. 2). OMT.
- Organização Mundial do Turismo. (1995a). *Conceptos, definiciones y clasificaciones de las estadísticas de turismo*. (Manual Técnico N. 1). OMT.
- Organização Mundial do Turismo. (2002). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. Madrid: OMT.
- Organização Mundial do Turismo. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- Secrétariat d'État au Tourisme de la France / Organisation Mondiale du Tourisme. (2000). *Thésaurus du tourisme et des loisirs / Thesaurus on Tourism and Leisure Activities / Tesouro de Turismo y Ocio*.
- Smith, S. L. (2004). The Measurement of Global Tourism: Old Debates, New Consensus, and Continuing Challenges. In: A. A. Lew, & C. M. Hall, *A Companion to Tourism* (pp. 23-35). Oxford: Backwell Publishing.
- United Nations. (s.d.). *International Recommendations for Tourism Statistics – 2008*. Studies in Methods. Series M No. 83/Rev.1. New York.
- United Nations & World Tourism Organization. (1994). *Recommendations on Tourism Statistics (Statistical Papers, Series M No. 83)*. New York: United Nations.
- World Tourism Organization – UNWTO. Recuperado de [www.unwto.org](http://www.unwto.org)